

Contexto institucional e teórico da criação do Grupo de Trabalho Filosofia e Psicanálise (GTFP) da ANPOF*

Z. Loparic

Unicamp/IBPW/IWA

Começo por algumas observações sobre a história da filosofia da ciência no Brasil. Antes da criação do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE), em 1976, na Universidade de Campinas (Unicamp), por O. Porchat, a filosofia da ciência praticamente não existia como curso acadêmico regularmente ministrado nas universidades brasileiras. Pelo que sei, além da disciplina de Metodologia da Ciência criada por mim e Andréa Loparic em 1970 no Ciclo Básico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – (implantado também na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade Federal de Sergipe (UFSE), em seguida transformado por nós em Curso de Especialização na UFPB, que, por sua vez, deu origem ao Mestrado em Lógica e Metodologia da Ciência da mesma universidade) – existiam apenas disciplinas dadas por dois físicos de formação, L. Hegenberg do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) e M. H. Lacey, da Universidade de São Paulo (USP). As aulas eram dadas no quadro heterogêneo constituído pelo positivismo lógico, o falsificacionismo de Popper e a teoria das revoluções científicas de Kuhn, e versavam sobre a filosofia geral da ciência, a filosofia da física e, lateralmente, sobre a psicologia behaviorista. No começo dos anos 1970, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) abriu espaço em seus congressos anuais para eventos e cursos sobre a filosofia da ciência, o que favoreceu sua divulgação no meio acadêmico brasileiro. Por exemplo, eu fui convidado para ministrar um curso sobre a formação do vocabulário nas ciências naturais na reunião da SBPC, realizada em julho de 1972 na USP.

Nessa época, a psicanálise não estava no radar da filosofia da ciência (nem da filosofia brasileira de um modo geral). Essa situação mudou no começo dos 1980. Em 1982, logo depois do curso que dei na SBPC, recebi o convite de O. Porchat para assumir os cursos de filosofia da ciência no Departamento de Filosofia (DF) da USP no lugar de Lacey. Em 1977, fui

* A transcrição da gravação dessa Conferência, realizada no âmbito do Colóquio “Horizontes e Memória: Os 20 anos do GT Filosofia e Psicanálise” (07/11/2021), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JvD9TG_td_o, foi feita por Maria Fernanda Fernandes, mestranda no programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Esta transcrição foi revisada e ampliada pelo autor.

contratado pelo DF da Unicamp para assumir o cargo de coordenador da área de filosofia da ciência do CLE. Não demorei a notar que nos faltava uma ciência humana. Em 1984, na qualidade de coordenador do Centro de Lógica da Unicamp, optei pela psicanálise, motivado pelas dúvidas sobre o *status* epistemológico dessa disciplina e por outros desafios filosóficos por ela trazidos, que me pareciam e me parecem muito mais relevantes que os da psicologia behaviorista, da sociologia, da economia ou da linguística. Esses desafios me chamaram a atenção no tempo em que assistia aos seminários de Lacan em 1965/1966, na École Normale Supérieure, abertos com a palestra “A ciência e a verdade”. No começo de 1984, eu levei ao Conselho Universitário (CONSU) da Unicamp a proposta de criação de um Curso de Especialização em Fundamentos Filosóficos da Psicologia e da Psicanálise (CFFPP). Houve resistências. Não havia na Unicamp um curso de psicologia. Sociologia e economia contavam como ciências sociais exemplares e a psicanálise não tinha a importância que tem hoje na academia e na cultura brasileira. Pior, a própria ideia de fazer dela objeto de pesquisa em filosofia da ciência era recebida com ceticismo. Não era segredo para vários membros do CONSU que os principais expoentes dessa área excluía a psicanálise da sua área de estudo. Segundo Popper, a psicanálise não é mais ciência do que a astrologia. Para Kuhn, físico familiarizado com o behaviorismo, a psicanálise, tal como a medicina, é uma disciplina pré-paradigmática, isto é, pré-científica. Mesmo assim, consegui aprovar o projeto e o implementei já em março de 1984, foram disponibilizadas as salas de aula e a secretaria do CLE como suporte.

Quem eram os alunos? Alguns vinham do nosso curso de filosofia da ciência e vários outros eram psicanalistas. Quem eram os professores? Naquele momento, não havia ninguém no CLE ou no DF da Unicamp que se ocupasse da psicanálise, exceto Roberto Monzani, ainda que lateralmente. Convenci Monzani, estudioso do materialismo francês e de A. Comte, a se concentrar em Freud e integrar o conjunto de professores que eu estava formando. Trouxe o psicólogo Osmyr Gabbi Jr. da USP e convidei Bento Prado, da filosofia de São Carlos, a se juntar ao nosso grupo. Considerando os objetivos do CLE e a ausência, nesse corpo docente inicial, de alguém formado em psicanálise, comecei estabelecer contatos com psicanalistas interessados em filosofia. Em 1986, por exemplo, organizei um colóquio sobre Freud, para o qual convidei tanto filósofos, como psicanalistas, entre eles Fábio Herrmann da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O caráter heterogêneo do grupo inicial de professores saltava aos olhos. Monzani se dedicava à reconstrução histórica das teorias de Freud, Bento ao diálogo com os comentadores no campo da filosofia, Osmyr à minuciosa análise filológica e aos comentários. Apenas eu

abordava Freud em termos da filosofia da ciência, em particular a de Kuhn, com fortes toques emprestados do projeto kantiano para as ciências da natureza, da psicologia inclusive, projeto que foi continuado por Freud e que eu estava reconstruindo em vários trabalhos a partir de 1980. Essa pluralidade de perspectivas é claramente visível nos nossos artigos (com mais os de E. Stein), reunidos por L. Fulgencio e R. Simanke na coletânea *Freud no Brasil*, por mim publicada em 2005, na Coleção Filosofia no Brasil que dirigia na editora Esculta, a título de exemplo das linhas de pesquisa mais significativas em filosofia da psicanálise no Brasil. O tempo e a vida institucional fizeram a sua parte. Durante os anos 1990, o CFFPP teve novos professores – menciono como particularmente importante a entrada no curso de Oswaldo Giacoia, que, além de contribuir com um conhecimento preciso de Freud, incluiu Nietzsche e Schopenhauer no *background* das aulas – e começou a migrar do Centro de Lógica e a se fundir com o programa de mestrado e doutorado do DF da Unicamp.

No final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, comecei a desenvolver dois novos projetos. O primeiro se propunha a ampliar o foco da filosofia da ciência e da filosofia da psicanálise. Assim, em 1988, criei, juntamente com colegas de várias universidades, a Sociedade Kant Brasileira, e estabeleci como um dos seus objetivos operar – no tempo de crise do positivismo lógico (Carnap) e de debate não conclusivo Popper-Kuhn sobre a história da ciência – um novo retorno a Kant (o primeiro foi empreendido pelo neokantismo no final do século XIX). Kant, isso estava mais do que claro para nós todos, era a referência histórica fundamental da filosofia da ciência do século XX (a tese de doutorado de Carnap versava sobre o conceito de espaço em Kant, Popper remetia suas ideias ao empirismo presente em Kant, Kuhn inovou, dizendo-se kantiano pôs-darwiniano). A proposta vingou e resultou na constituição da Escola Semântica de Campinas.

O segundo projeto dizia respeito à psicanálise. Como disse, nosso objetivo inicial no CFFPP era estudar Freud, em diferentes contextos interpretativos e filosóficos. Em 1992/1993, sob influência de Elsa Oliveira Dias, Winnicott, muito mais que Klein, ou Lacan, tornou-se para mim referência incontornável entre os pós-freudianos, devido às suas teses revolucionárias sobre a natureza humana e os problemas existenciais do homem, revelados na sua clínica, os quais sugeriam uma proximidade surpreendente com Heidegger de *Ser e tempo*, objeto de meus interesses e estudos desde o tempo de estudante em Louvain.

A atmosfera no grupo de meus alunos e colegas mudou. No lugar de Freud, um outro psicanalista, e, no lugar de Kant, Schopenhauer e Nietzsche, um outro interlocutor filosófico. Em 1995, vários colegas aceitaram minha proposta de criarmos duas séries de colóquios anuais,

os de Winnicott e os de Heidegger, o primeiro na PUC-SP e o segundo na Unicamp, realizados regularmente até hoje. Eles evoluíram de várias formas e inspiraram eventos do mesmo tipo em várias universidades brasileiras.

Ainda no quadro desse segundo projeto, outros desenvolvimentos se seguiram. No mesmo ano de 1995, já professor na PUC-SP, iniciei um projeto de pesquisa sobre a psicanálise freudiana e a psicanálise winnicottiana com base em duas referências filosóficas: Heidegger e Kuhn. Tanto Winnicott como Freud eram médicos, e ambos faziam ciência que se ocupava em primeiro lugar com os problemas de saúde psíquica. Ambos produziram quadros para a compreensão e tratamento dos problemas do adoecer humano: das neuroses e perversões, Freud, e das psicoses e da tendência antissocial, Winnicott. Eu decidi usar a filosofia da ciência de Kuhn para entender esses quadros como paradigmas kuhnianos (problemas exemplares kuhnianos, matrizes disciplinares kuhnianas). Ao mesmo tempo, comecei a me valer de Kant para avaliar os componentes ontológico, metodológico, axiológico e instrumental do paradigma freudiano, fazendo o mesmo com Heidegger em relação ao paradigma winnicottiano.

Em 1996, escrevi um artigo intitulado “Winnicott: uma psicanálise não edipiana”, sobre o exemplar básico winnicottiano para todos os problemas encontrados na terapia: o bebê que adocece no colo da mãe, tese que suprime a centralidade do complexo de Édipo. Numa série de outros trabalhos identifiquei os componentes da matriz disciplinar de Winnicott. Em 1998, Elsa O. Dias defendeu sua tese de doutorado esmiuçando de modo pioneiro dois desses componentes: a teoria winnicottiana do amadurecimento e da parte central da sua patologia maturacional, que versa sobre as psicoses. Nesse contexto, a psicanálise da cultura era um campo de aplicação da psicanálise, não assunto principal. O carro chefe de Freud é a teoria da sexualidade, ampliada para a metapsicologia ficcional auxiliar, e o de Winnicott é a teoria do amadurecimento, elaborada como pano de fundo de uma teoria não ficcional e clinicamente controlável da natureza humana. Essas diferenças se reproduziam na teoria da cultura. Em Freud, a ética, por exemplo, é fundada na lei, que, imposta por fatores externos, proíbe o incesto e impõe, como única saída para a repressão renovada, a sublimação de objetos e dos objetivos sexuais (“libidinais”); em Winnicott, a ética da lei cede lugar para a ética do cuidado: agora, o dever ético é fundado no relacionamento inicial de mutualidade entre o bebê e a mãe, relacionamento que amadurece até a criança desenvolver a capacidade de se colocar na pele de outros seres humanos próximos e de se responsabilizar por eles, para, mais tarde ainda, alcançar plena maturidade como capacidade de identificação cruzada com grupos sociais mais amplos e, no limite, com a humanidade inteira e sua história.

Em 1998, reuni essas ideias em um projeto de pesquisa que se revelou extremamente importante para a consolidação do meu grupo de pesquisa na Unicamp e na PUC-SP. No mesmo ano registrei esse grupo no CNPq e comecei a promover a divulgação de resultados dos nossos estudos winnicottianos no âmbito nacional e internacional. O primeiro passo foi dado com o convite a Jan Abram, conhecida autora de *The Language of Winnicott*, então presidente da *Squiggle Foundation*, para participar do 3º Colóquio Winnicott organizado em São Paulo. Em 1999, demos um novo passo: lançamos a revista *Natureza Humana*, dedicada ao estudo de Winnicott em diálogo com Heidegger, autores tomados como referências centrais, mas não exclusivas. No primeiro número, foi publicada a palestra de Abram de 1998, que consta como primeiro artigo na sua bibliografia psicanalítica. Em 2000, a convite de Abram, fui a Londres para pronunciar, no quadro da *Madeleine Davis Memorial Lecture*, uma palestra sob o título, “Winnicott’s paradigm”, na qual apresentei as teses do grupo sobre a revolução winnicottiana.

Esses são alguns dados sobre o contexto institucional e teórico da criação do GT Filosofia e Psicanálise, em 3 de outubro de 2002. Na retrospectiva, vejo claramente que esse GT surgiu de duas raízes teóricas e institucionais: uma saída da Unicamp, dos antigos professores do CFFPP, em especial, de Osmyr G. Jr. e seus orientandos, e a outra da PUC-SP, do meu Grupo de Filosofia e Práticas Clínicas (GFPP). Todos concordávamos que era importante que a área fosse representada na Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) por um GT. Não havendo nenhum representante nesses dois grupos satisfazendo as condições requeridas pela ANPOF e disponível para assumir a coordenação, nessa reunião, sugeri, apoiado por Fátima Évora do DF da Unicamp, o nome de Vincenzo Di Matteo, colega da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como coordenador. Eu conhecia Vincenzo pessoalmente, sabia do seu grande interesse pelos estudos em filosofia da psicanálise e do seus bons contatos com círculos de psicanalistas e entendia que, por não ser de São Paulo, ele podia evitar que as diferenças teóricas apontadas entre os grupos paulistas se reproduzissem no GT e paralisassem os trabalhos.

Qual seria o nome do GT? Conforme disse, não havia consenso entre nós sobre o que seria a filosofia da psicanálise ou a psicanálise propriamente dita. Havia, como hoje também, várias abordagens filosóficas e várias psicanálises incompatíveis entre si. Conversando com os colegas, pareceu-me oportuno sugerir o nome “Filosofia e Psicanálise”, pelo seguinte motivo: parecia-me importante que nos trabalhos do GT participassem também os psicanalistas. Era óbvio: não só a filosofia podia esclarecer assuntos da psicanálise, mas a psicanálise podia esclarecer os da filosofia. Isso, sem dúvida nenhuma, Freud também defenderia. Winnicott, nesse ponto, era ainda mais incisivo e radical: sem se aventurar no campo da filosofia

propriamente dita, ele elaborou uma teoria da amostragem temporal da natureza humana, dos universais da natureza humana e dos problemas do existir humano que, segundo ele, oferecia o *blue-print* para o existencialismo.

Eu gostaria de acrescentar alguns dados sobre desenvolvimentos institucionais e teóricos posteriores à criação do GT e que poderiam ser relevantes nos dias de hoje. Em 2004, L. Fulgencio, meu doutorando sobre um tema de Freud e membro do GFPP, foi eleito o sucessor de V. Di Matteo e, por minha sugestão, organizou em 2005 na PUC-SP o Primeiro Congresso Internacional do GT. Em 2006, as atas desse Congresso foram publicadas em dois números especiais da *Natureza humana*. Como vocês sabem, com o passar dos anos, essa revista se abriu para a temática geral da filosofia e psicanálise, acolhendo submissões de artigos e dossiês de diferentes proveniências, inclusive para os produzidos por membros do nosso GT, o que certamente contribuiu para que hoje ela esteja no nível A do Qualis. Paralelamente, em 2003, o meu grupo da PUC-SP criou o Centro Winnicott de São Paulo (CWSP) e, em 2004, iniciou-se o Curso de Formação em Psicanálise Winnicottiana, hoje ministrado pelo Instituto Brasileiro de Psicanálise Winnicottiana (IBPW).

O processo de divulgação das ideias, que organizavam e guiavam as atividades da Escola Winnicottiana de São Paulo, no âmbito internacional continuou. Em 2012, Jan Abram incluiu uma versão ampliada do meu artigo sobre o paradigma winnicottiano de 2000 em seu livro *Donald Winnicott Today* e me deu uma nova oportunidade de expor pessoalmente minhas ideias ao público londrino. Ao me convidar para o colóquio de lançamento desse volume no Instituto de Psicanálise da British Psychoanalytical Society (BPS), Abram escolheu como tema central da coletânea o pedido de Winnicott por uma revolução na prática psicanalítica, revolução operada por ele próprio, que resultou na criação de um novo paradigma teórico e clínico winnicottiano, abrindo, assim, um debate que com o tempo foi crescendo e que atualmente está ainda mais vivo.

Discute-se em que medida Winnicott era um revolucionário, se ele ainda se baseia nos fundamentos freudianos, por exemplo, se resta em Winnicott algo do Complexo de Édipo, se a sexualidade é central no desenvolvimento humano, se Winnicott rejeitou mesmo a ficção freudiana de pulsão de morte, se desenvolveu uma teoria alternativa da agressividade. Muitos comentadores continuam perplexos diante do fato de que o inconsciente da psicanálise winnicottiana é diferente do inconsciente de Freud. Não há como não reconhecer que o inconsciente freudiano é uma região do aparelho psíquico, ou seja, da mente, alimentada constantemente por estados psíquicos expulsos da consciência pela repressão incessante, externa, social, ou interna, superegoica – portanto, por aquilo que aconteceu na mente, que foi

experienciado, mas não deveria ter sido. O inconsciente winnicottiano é aquela parte do processo do amadurecimento humano que não aconteceu e precisava ter acontecido na vida do indivíduo humano ainda bebê, anterior ao desenvolvimento da psique e da mente. Trata-se de experiências de identificação primária com a mãe (ou a pessoa que se encarregou dos cuidados iniciais), do asseguramento da continuidade de ser (de contato confiável com a mãe) e do estabelecimento da unidade pessoal inicial (do si-mesmo unitário inicial). Mas, então, o que aconteceu com a psicanálise? Na prática clínica de Freud, a tarefa do terapeuta é ajudar o paciente a entrar na relação de transferência para que possa espelhar nele os conteúdos psíquicos previamente vividos e em seguida reprimidos, levando-o, dessa forma, a se lembrar desses estados, verbalizá-los, retomar consciência deles e tê-los interpretados no contexto da teoria da sexualidade (da libido). Na clínica de Winnicott do inconsciente, tomado no sentido do não acontecido, a tarefa do terapeuta consiste em propiciar um contato primário com o paciente, para que a parte do processo de amadurecimento que falta na sua linha de vida aconteça e seja vivida pela primeira vez. O espelhamento e a verbalização não alcançam o momento do processo em que surge uma lacuna essencialmente in-consciente, ou seja, não psíquica, não mental, no existir humano. Por isso, a interpretação não basta e nem ao menos faz sentido. Esses são alguns de muitos outros pontos discutidos hoje em dia por um número crescente de autores, no Brasil e no exterior. Novas iniciativas institucionais davam corpo a esses debates. Em 2013, fundei com apoio de colegas da França a International Winnicott Association (IWA), com sede em São Paulo. A partir dessa época, as ideias centrais do nosso Curso de Formação começaram a ser usadas no ensino sobre Winnicott em instituições de vários países, entre eles Argentina, China e Portugal.

Para terminar, eu gostaria de fazer três apontamentos. O primeiro diz respeito à ética do cuidado, aspecto central da mudança paradigmática de Winnicott, radicalmente diferente não apenas da ética da lei de Freud, mas também da ética do cristianismo que conhecemos, a criada por Paulo de Tarso, que passou por Agostinho, Lutero e Kierkegaard. Winnicott entende que a base da moral do cristianismo primitivo, não a das Epístolas, mas a dos Evangelhos, não é a lei, mas o amor ao próximo, ou, em termos da sua teoria de amadurecimento, o relacionamento de cuidado muito inicial que já se dá no colo da mãe. No amadurecimento posterior esse relacionamento muda, pode até ficar impossibilitado e perdido, mas a ética da lei só faz sentido se não se torna um martírio, se existir uma capacidade do ser humano de se colocar no lugar de outro ser humano próximo – e, no limite, de todos os seres humanos – e de tomar para si, compartilhar, suportar, não o jugo da lei, mas o ônus da vida. Porque a vida é difícil e, mesmo assim, pode valer a pena de ser vivida. Aqui Fernando Pessoa pode ser evocado.

Em 1971, Winnicott publicou a coletânea de textos intitulada *Playing and reality* em que propõe não uma teoria da cultura, mas uma teoria da experiência cultural que não é baseada na sublimação como resultado da submissão à lei da castração. Mas, então, em que ela é baseada? Na criatividade primária, absolutamente espontânea e não estimulada pelo mundo externo. O sujeito freudiano, isso enfatizei recentemente num post da *Revista Cult*, não é criativo, ele é um submisso que sublima, sendo que a sublimação não é criativa, é transferencial, metonímica, metafórica. A criatividade não é metafórica, ela faz surgir a coisa mesma, nas relações pessoais, sociais, na religião, na moral, na arte. Nós temos aqui uma teoria totalmente nova da vida cultural e da atividade geradora da cultura.

Assinalo ainda que Winnicott abandonou a ontologia como horizonte filosófico da sua ciência. Eu pensei por muito tempo que a ontologia de Heidegger era a chave para entender o processo de amadurecimento winnicottiano. Me enganei. Os fenômenos que compõem o processo de amadurecimento humano não podem ser descritos e organizados na ontologia heideggeriana do ser-no-mundo (em alguns contextos, eu prefiro falar em estar-no-mundo). Aliás, quero lembrar que, para o segundo Heidegger, o ser-no-mundo é um episódio de uma outra história, a história do autodesocultamento ou da verdade do Ser, do acontecer que gera ontologias por esquecimento de si mesmo. Eu menciono essa retratação de Heidegger para tornar minimamente compreensível a minha afirmação de que a leitura de Winnicott me distanciou da ontologia de *Ser e tempo* sem necessariamente me distanciar da ôntica dessa obra. O abandono da ontologia me parece essencial para a abertura de um horizonte teórico no qual se possa acessar e explicitar a experiência humana de amadurecer, de crescer e de se integrar. Ou seja, para que seja possível elaborar uma teoria científica experiencial, na linguagem de Heidegger, uma ôntica descritiva, que não precise ser moldada por uma ontologia ainda essencialista. Superando o ontologismo de Heidegger, creio que podemos continuar a usar o Heidegger expositor da experiência humana do existir no mundo – e, seguindo a mesma linha de pensamento, o Kant da antropologia pragmática, o Kierkegaard dos paradoxos e do existir para o infinito, o Jaspers das situações limite – para articular e elaborar os universais da natureza humana que compõem a ciência experiencial de Winnicott. Creio ainda, que, ao mesmo tempo, podemos usar a ciência winnicottiana da vida humana da concepção até a morte para pesquisar e entender melhor problemas e aspectos da facticidade humana, abordados, mas não estudados cientificamente (isto é, pela teorização sobre os dados clínicos colhidos no relacionamento de transferência) nas pesquisas dedicadas aos problemas de caráter filosófico e não factual. Isso dá razão a Freud, quando aponta que a psicanálise descobriu e tem acesso a uma área da experiência humana que permite, quando devidamente elaborada, entender e explicitar não

somente a origem das doenças outras não apenas as físicas, mas também a origem e o desenvolvimento da atividade filosófica na mente humana. Winnicott segue Freud, modificando Freud outra vez. O bebê não é filósofo, no início da vida nem ao menos desenvolveu a mente e processos mentais, mas ele já cria o mundo (é bem verdade, só na relação de dependência da mãe suficientemente boa) não como representação, mas como lugar para existir, para poder estar no mundo.

Quem sabe se a partir dessas intuições, melhor, dessas elaborações conceituais de Freud, em termos de processos mentais, e de Winnicott, na linguagem que descreve processos maturacionais, possamos voltar a discutir, no horizonte filosófico igualmente complexo dos nossos dias, o assunto que nos ocupava quando estávamos criando o nosso GT: a relação entre a filosofia e a psicanálise. O pluralismo de paradigmas em filosofia e psicanálise pode, muito bem, ser valorizado como estímulo e oportunidade, ao invés de ser temido como ameaça e evitado pelo dogmatismo militante.